

GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014

Autora: Maria Cecília Eduardo
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

RESUMO

A participação das mulheres em processos de tomada de decisão é baixa no mundo todo e esse fato tem ganhado cada vez mais espaço na agenda das pesquisas acadêmicas. Dentre os vários fatores apontados como possíveis causas do baixo desempenho feminino na conquista de cargos eletivos, o financiamento de campanha tem sido citado com destaque, dada a alta correlação entre as receitas e as chances de sucesso eleitoral, juntamente com a baixa disposição das mulheres na arrecadação de recursos. Dito isso, busca-se (i) analisar como se dá a distribuição dos recursos financeiros na campanha eleitoral, para os cargos proporcionais, entre mulheres e homens, nas eleições de 2014. E em seguida, pretende-se (ii) verificar se há uma relação entre os recursos financeiros declarados e o desempenho das/os candidatas/os. As hipóteses apresentadas são duas: (i) há particularidades significativas na distribuição de recursos financeiros das candidatas e dos candidatos, estes possuindo uma maior concentração de recursos; e, (ii) essa diferença na distribuição afeta o desempenho eleitoral dos concorrentes, ou seja, candidatos/as com mais recursos terão um melhor desempenho. O trabalho utiliza um modelo quantitativo de pesquisa e tratou os dados coletados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o procedimento de estatísticas descritivas. Constatou-se que, assim como nos pleitos anteriores, a distribuição dos recursos esteve concentrada nos candidatos homens. Além disso, verificou-se que a receita dos/as eleitos/as continuam muito superior as dos/as não eleitas/os, sendo a diferença entre as mulheres maior. Apesar do aumento no número de candidatas mulheres, o total declarado de receitas dessas diminuiu em 15% de 2010 para 2014. Por fim, nos Estados e nos partidos onde as receitas das mulheres foram mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi melhor do que o de seus pares masculinos.

Palavras-chave: Gênero, Financiamento de campanhas, Desempenho eleitoral, Eleições 2014, Câmara dos Deputados

1 OBJETIVOS E HIPÓTESES

A participação das mulheres em processos de tomada de decisão é baixa no mundo todo e esse fato tem ganhado cada vez mais espaço na agenda das pesquisas acadêmicas. Dentre os vários fatores apontados como possíveis causas do baixo desempenho feminino na conquista de cargos eletivos, o financiamento de campanha tem sido citado com destaque, dada a alta

correlação entre as receitas e as chances de sucesso eleitoral, juntamente com a baixa disposição das mulheres na arrecadação de recursos. (SACCHET & SPECK, 2012a; SACCHET, 2013)

Dito isso, busca-se (i) analisar como se dá a distribuição dos recursos financeiros na campanha eleitoral, para os cargos proporcionais, entre mulheres e homens, nas eleições de 2014. E em seguida, pretende-se (ii) verificar se há uma relação entre os recursos financeiros declarados e o desempenho das/os candidatas/os. As hipóteses apresentadas são duas: (i) há particularidades significativas na distribuição de recursos financeiros das candidatas e dos candidatos, estes possuindo uma maior concentração de recursos; e, (ii) essa diferença na distribuição afeta o desempenho eleitoral dos concorrentes, ou seja, candidatos/as com mais recursos terão um melhor desempenho.

2 METODOLOGIA

O trabalho utiliza um desenho quantitativo de pesquisa e tem como sua principal fonte o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O primeiro procedimento empregado foi a seleção dos dados coletados. Para a análise proposta, foram utilizados dados pessoais (sexo, idade, etnia, estado civil, grau de escolaridade e ocupação) e dados eleitorais (aptidão para se candidatar, situação eleitoral – eleito/a e não eleito/a, estado (UF) de candidatura, partido político, total de votos e receita total declarada) dos 5845 candidatos a deputado federal, nas eleições de 2014. Feita a seleção, foram escolhidos os procedimentos estatísticos que possibilitassem a averiguação das possíveis semelhanças e diferenças entre homens e mulheres participantes do pleito.

Os dados pessoais foram tratados com o procedimento de estatísticas descritivas. Já no trabalho com os dados eleitorais, além da estatística descritiva, também foram utilizados dois testes estatísticos, sendo o primeiro deles o teste do qui-quadrado. Opta-se pela utilização das variáveis financiamento de campanha e gênero para a análise do desempenho eleitoral dos/as concorrentes. Com isso, busca-se observar a distribuição dos recursos financeiros e a desenvoltura eleitoral de homens e mulheres. Não se ignora, porém, que são muitos os fatores que influenciam no processo de participação na competição política, principalmente no caso das mulheres. Todavia, acredita-

se que a averiguação da persistência (ou não) do subfinanciamento feminino, juntamente com o ainda baixo número de candidatas eleitas, são por si só achados pertinentes, independentemente das demais variáveis envolvidas.

Para a análise das variáveis total de votos e receita declarada, a pesquisa faz uso de dois índices criados por Sacchet e Speck (2012b): o Índice de Sucesso de Votos (ISV) e o Índice de Sucesso de Receita (ISR). Isso porque cada estado brasileiro tem suas particularidades em termos eleitorais, o que faz com que a comparação direta entre as receitas e os votos dos candidatos de diferentes unidades da federação seja imprecisa. Sabe-se que cada estado possui seu quociente eleitoral, o que faz com que o peso do voto varie conforme a Unidade Federativa. Outro ponto que deve ser levado em consideração é que a mesma quantia de dinheiro, numa campanha política, pode valer mais ou menos, dependendo do Estado. Sendo assim, os votos conquistados e os valores absolutos de financiamento, possuem significação diferente, conforme a competição eleitoral e o poder econômico do Estado em questão (SACCHET & SPECK, 2012a).

Como análise complementar aos valores absolutos de arrecadação, aplicou-se o segundo teste estatístico, o teste de correlação de Pearson, sobre os índices. Com ele, procurou-se medir o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas, no caso, o ISV e o ISR. O teste em si avalia se a correlação calculada entre as variáveis é estatisticamente significativa, utilizando um nível de confiança pré-determinado.

Outros dois procedimentos utilizados são os cálculos de razão simples e razão de chances. Esta última, também conhecida como razão de probabilidades (*oddsratio*), é comumente aplicada sobre dois grupos de dados. Essencialmente, ela avalia qual evento é mais provável de ocorrer em um dado grupo (Grupo 1), e a chance de ocorrer em um outro grupo (Grupo 2). Se o resultado for igual a 1, o evento tem a mesma probabilidade de ocorrer em ambos os grupos. Se for maior que 1, é mais provável de ocorrer no Grupo 1. E se for menor que 1, é mais provável de ocorrer no Grupo 2. É válido lembrar que o Grupo 1 é sempre aquele que se busca avaliar. (BLAND&ALTMAN, 2000). No caso deste trabalho, o Grupo 1 corresponde às mulheres e o Grupo 2 aos homens.

Ressalta-se que este estudo é de natureza quantitativa e, sendo assim, sofre das limitações inerentes a esse tipo de abordagem. Como já dito, não se ignora que outros fatores são importantes tanto para a candidatura, quanto para o desempenho eleitoral, como, por exemplo, os capitais políticos e sociais dos/as concorrentes. Tais fatores estão positivamente correlacionados ao financiamento de campanha, ou seja, candidatos com mais acesso a esses recursos, terão maior facilidade para arrecadar fundos de campanha. Lembrando que, na maioria dos casos, as mulheres carecem tanto de capitais político e social, quanto de recursos financeiros pessoais, o que faz com que elas entrem na competição política em desigualdade de condições com os homens. (SACCHET & SPECK, 2012b). A análise aqui proposta não aprofunda nos dados que pudessem apontar esses capitais, em virtude da escassez ou da simples inexistência de informações sobre todos/as os/as concorrentes.

2.1 CANDIDATURAS FEMININAS EM 2014: PANORAMA GERAL

Nas eleições de 2014, notou-se um aumento considerável no número de candidatas para quase todos os cargos. No geral, houve um crescimento de 46,5% na quantidade de mulheres disputando o pleito em comparação a 2010. Foram 8131 candidaturas femininas, 31,7% do total de candidaturas que foi de 26172. Quando consideramos o percentual de candidaturas aptas, o número total cai para 22530 registros, sendo 6449 registros femininos. Sendo assim, o percentual de mulheres na disputa cai para 28,62%. A análise de Junckes et. al. (2015), das eleições de 2010, mostrou que apenas 20% do total de candidaturas femininas foram consideradas aptas. Sendo assim, apesar do não cumprimento das cotas, vê-se um aumento significativo no percentual de mulheres aptas concorrendo ao pleito.

Na disputa para os cargos proporcionais observou-se um significativo aumento no número de registros femininos. As disputas estaduais/distrital contaram com 6413 mulheres candidatas, contra 3572 em 2010. Para a Câmara dos Deputados, como já mencionado, foram 1711 (29,3%) de candidaturas femininas, um aumento de 45% em comparação a 2010, quando houve 930 candidatas aptas para o pleito.

2.1.1 Faixa etária

O perfil das/os candidatas/os é predominantemente de meia-idade, sendo que a maior parte encontra-se na faixa etária de 45 a 59 anos. É interessante notar que houve mais mulheres candidatas entre 21 e 34 anos, totalizando aproximadamente 21% dessa faixa. Já os homens correspondem a aproximadamente 12%, ou seja, uma diferença de quase 10 pontos percentuais. (Tabela 1). A concentração maior de mulheres entre 21 e 34 anos, assim como a predominância de candidatos/as entre 45 e 59 anos, também foi encontrada por Feitosa (2012) em sua análise das eleições de 2010.

Tabela 1 - Candidatos aptos para a Câmara dos Deputados, por gênero, segundo faixa etária 2014

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	MULHERES		HOMENS	
	N	%	N	%
18 a 20	5	0,3	2	0,05
21 a 24	77	4,5	47	1,1
25 a 34	284	16,6	438	10,6
35 a 44	414	24,2	1031	25,0
45 a 59	726	42,4	1912	46,2
60 a 69	174	10,2	560	13,5
70 a 79	31	1,8	125	3,0
Mais de 79	0	0	19	0,55
TOTAL	1711	100	4134	100

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Observando agora o quadro daqueles que se elegem, vê-se que apesar de haver um percentual significativamente maior de candidatas jovens, apenas sete mulheres na faixa etária de 25 a 34 anos conseguiram se eleger, já entre os homens, foram 48 eleitos nas faixas de 21 a 24 e 25 a 34 anos. (Tabela 2). A faixa etária de 35 a 69 anos é a que concentra o maior percentual de eleitos para ambos os gêneros, totalizando 80,3% das mulheres eleitas e 86,2% dos homens eleitos. Tal fato é explicado por Araújo e Alves (2007) da seguinte maneira. Salvo alguns perfis particulares, na maioria dos casos, a construção das trajetórias políticas implica um acúmulo de capital político que exige um certo grau de dedicação e de disponibilidade de tempo e recursos, sejam eles financeiros ou relacionados ao apoio e reconhecimento de segmentos da

população. Esse processo ocorre com o investimento de anos de vida, por isso quanto mais elevado o cargo da disputa, menores são os índices de pessoas mais jovens. (ARAUJO & ALVES, 2007)

Tabela 2 - Deputadas/os federais eleitas/os, por gênero, segundo faixa etária 2014

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	MULHERES		HOMENS	
	N	%	N	%
18 a 20	0	0	0	0
21 a 24	0	0	2	0,4
25 a 34	7	13,7	46	10,0
35 a 44	8	15,7	98	21,2
45 a 59	25	49,0	215	46,6
60 a 69	8	15,6	85	18,4
70 a 79	3	6,0	14	3,0
Mais de 79	0	0	2	0,4
TOTAL	51	100	462	100

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

2.1.2 Etnia

Em relação à etnia dos participantes (Tabela 3), observa-se que 3475 desses se declaram de raça branca, 1761 parda, 558 negra, 32 amarela e 19 indígena. O percentual por raça nos casos masculinos foram: 60,9% branca, com 2519 casos, 29,7% parda, com 1227 casos, 8,6% negra, com 357 casos, 0,5% amarela, com 21 casos e 0,2% indígena, com 10 casos. Para as mulheres, registrou-se a seguinte distribuição: 55,9% branca, com 956 casos, 31,2% parda, com 534 casos, 11,7% negra, com 201 casos, 0,6% amarela, com 11 casos e 0,5% indígena, com 9 casos. Pode-se notar que em relação à etnia, homens e mulheres apresentam percentuais muito semelhantes de cada uma das raças. Um ponto que chama a atenção é o fato de haver um percentual de pessoas negras maior nos casos femininos que nos masculinos.

Tabela 3 - Candidatos aptos para a Câmara dos Deputados, por gênero, segundo etnia 2014

ETNIA	MULHERES		HOMENS	
Branca	956	55,9%	2519	60,9%
Parda	534	31,2%	1227	29,7%
Negra	201	11,7%	357	8,6%
Amarela	11	0,6%	21	0,5%
Indígena	9	0,5%	10	0,2%
TOTAL	1711	100%	4134	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Analisando o percentual dos eleitos (Tabela 4), tem-se que esse segue a mesma escala do percentual dos candidatos (branca, parda e negra). A raça branca é o que prevalece em ambos os gêneros, sendo 80,4% das candidatas e 79,7% dos candidatos declarantes dessa etnia. Assim como no caso das candidaturas, tem-se um percentual maior de casos de mulheres negras eleitas do que de homens negros eleitos. Em ambos os gêneros, não houve nenhum caso de eleição de pessoas das raças amarela e indígena.

Tabela 4 - Deputados federais eleitos, por gênero, segundo a etnia 2014

ETNIA	MULHERES		HOMENS	
Branca	41	80,4%	368	79,7%
Parda	7	13,7%	75	16,2%
Negra	3	5,9%	19	4,1%
Amarela	0	0,0%	0	0,0%
Indígena	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	51	100%	462	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Nota-se que do total de 513 cadeiras, apenas 4,3% delas são ocupadas por parlamentares negros/as, 16% por parlamentares pardos/as, e 79,7% por parlamentares brancos/as. No caso feminino os percentuais são de 0,6%, 1,36% e 8%, respectivamente. A investigação realizada pelo Relatório das Desigualdades Raciais 2007-2008, mostrou que na legislatura 2007-2010, o percentual de parlamentares negros/as foi de 9%. O relatório indicou também que as mulheres negras correspondiam a 0,6% das deputadas eleitas. Sendo assim, nota-se uma redução significativa no percentual de parlamentares negros/as, porém, uma manutenção no percentual de deputadas negras.

2.1.3 Estado civil

Observando as porcentagens, nota-se que a maioria dos casos masculinos concentra-se no estado civil casado (63,3%), seguido por solteiro (23,5%), divorciado (10,1%), separado judicialmente (2,1%) e viúvo (1,0%). Já para as mulheres tem-se um maior número de casos concentrados no estado civil de solteira (40,8%), seguido por casada (38,9%), divorciada (13,9%), viúva (4,5%) e separada judicialmente (2,0%). É interessante notar a inversão que ocorre com o primeiro e o segundo lugar entre homens e mulheres. Para estas,

o estado civil de solteira é o que prevalece, já para aqueles o maior número de indivíduos se declarou casado. A distância entre o primeiro e o segundo lugar feminino é relativamente pequena, 40,8% solteiras e 38,9% casadas. Já no caso masculino a diferença é maior, 63,3% casados e 23,5% solteiros. Tem-se um maior número de casos de mulheres viúvas concorrentes (4,5%) do que de homens viúvos (1%). Nos demais estados civis, não se observa diferenças significativas. (Tabela 5)

Tabela 5 - Candidatos aptos para a Câmara dos Deputados, por gênero, segundo estado civil 2014

ESTADO CIVIL	CANDIDATOS	MULHERES		HOMENS	
Casada/o	3281	665	38,9%	2616	63,3%
Divorciada/o	653	237	13,9%	416	10,1%
Separada/o judicialmente	122	34	2,0%	88	2,1%
Solteira/o	1671	698	40,8%	973	23,5%
Viúva/o	118	77	4,5%	41	1,0%
TOTAL	5845	1711	100%	4134	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Na análise do estado civil dos candidatos, encontra-se outro significativo dado em relação às mulheres que participam da disputa política eleitoral. Enquanto 63,3% dos homens são casados, a maioria das mulheres, aproximadamente 61%, é formada por solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas (Tabela 5). Para Feitosa (2012), a competição eleitoral e a ocupação de cargos eletivos implicam uma terceira jornada de trabalho, resultante da divisão sexual do trabalho, não havendo, na grande maioria dos casos, apoio do companheiro.

Tabela 6 - Deputados federais eleitos, por gênero, segundo estado civil 2014

ESTADO CIVIL	MULHERES		HOMENS	
Casada/o	27	52,9%	345	74,7%
Divorciada/o	7	13,7%	47	10,2%
Separada/o judicialmente	2	3,9%	5	1,1%
Solteira/o	13	25,5%	64	13,9%
Viúva/o	2	3,9%	1	0,2%
TOTAL	51	100,0%	462	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Quando se analisa o estado civil dos eleitos (Tabela 6), percebe-se que maioria das deputadas eleitas (52,9%) é composta por mulheres casadas. Os

estados civis divorciada, separada, solteira e viúva, somam aproximadamente 47% das eleitas. No caso masculino, como o esperado, 74,7% dos homens eleitos são casados. O segundo estado civil com maior número de casos, solteiro, apresenta 13,9% de eleitos. Nota-se que no grupo dos eleitos predomina o estado civil casado, tanto para homens quanto para mulheres.

Os dados apontados diferem dos sugeridos por outros trabalhos (ARAÚJO, 1999; AVELAR, 2001; ALVES, 2003) que afirmam haver um percentual maior de homens casados, sobretudo entre parlamentares federais, em comparação às mulheres. Nestas prevaleceriam os casos de divorciadas e/ou solteiras. O aumento de parlamentares casadas pode sugerir ou uma mudança cultural, no sentido de um maior apoio do cônjuge à candidatura da companheira, ou uma adaptação das próprias mulheres no intuito de possuírem atributos presentes em seus pares eleitos.

2.1.4 Grau de instrução

No caso das candidaturas femininas aptas, assim como nas eleições de 2010, a hipótese da hiperqualificação das mulheres (MIGUEL; QUEIROZ, 2006), ou seja, a colocação que as mulheres teriam nível médio de escolaridade superior ao dos homens em posição análoga, foi contrariada no pleito de 2014 (Tabela 7). Uma possível explicação pode ser a obrigatoriedade das cotas, que faz com que os partidos apresentem um maior número de candidatas, o que por sua vez, dispersa o perfil das mulheres quanto ao grau de instrução. O que levanta a hipótese das candidaturas “laranjas”, já abordada por outros trabalhos. (JUNCKES et. al., 2015; ARAÚJO, 2011)

Tabela 7 - Candidatos aptos para a Câmara dos Deputados, por gênero, segundo grau de instrução 2014

GRAU DE INSTRUÇÃO	CANDIDATOS	MULHERES		HOMENS	
Fundamental	528	156	9,1%	372	9,0%
Médio	1681	582	34,0%	1099	26,6%
Superior	3636	973	56,9%	2663	64,4%
TOTAL	5845	1711	100%	4134	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Porém, quando se analisa o grau de instrução dos deputados eleitos (Tabela 8), tem-se um percentual superior de mulheres com ensino superior (completo e incompleto), apesar da diferença ser pequena (90,2% para as mulheres e 87,0% para os homens). A hiperqualificação das mulheres eleitas é apresentada na pesquisa Araújo e Borges (2013) e Speck e Sacchet (2012). Os últimos afirmam que a vantagem das mulheres candidatas quanto ao seu perfil de instrução, pode ser interpretada como um retrato da sua melhor colocação na sociedade no quesito escolaridade. (SPECK & SACCHET, 2012).

Tabela 8 - Deputados federais eleitos, por gênero, segundo grau de instrução 2014

GRAU DE INSTRUÇÃO	MULHERES		HOMENS	
Fundamental	1	2,0%	14	3,0%
Médio	4	7,8%	46	10,0%
Superior	46	90,2%	402	87,0%
TOTAL	51	100%	462	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Ressalta-se que a grande maioria dos eleitos, de ambos os gêneros, possuem grau de instrução superior (completo ou incompleto). Sobre esse ponto, Perissinotto e Miríade (2009) já afirmaram que a educação superior se constitui numa das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais.

2.1.5 Ocupação

Trabalha-se agora com os dados referentes à ocupação, lembrando que foi levada em consideração aquela declarada pelos/as concorrentes do pleito no ato do pedido de registro de candidatura. Tem-se que em um rol de mais de 110 opções, a maioria das mulheres declarou-se dona de casa, como mostra a Tabela 9. Comparando com as eleições de 2010, na qual tivemos 62 candidatas que se declararam donas de casa, nota-se que houve um aumento de quase 100% no número de casos. O que pode levar a pensar que a obrigatoriedade do aumento das candidaturas femininas tem sofrido um desvio da ideia inicial, com a colocação de mulheres recrutadas apenas para cumprir o percentual das cotas, e não para disputar o pleito.

Tabela 9 - Candidatas aptas para a Câmara dos Deputados, segundo principais ocupações declaradas 2014

OCUPAÇÃO	N
Dona de casa	105
Advogada	95
Estudante, bolsista, estagiária e assemelhados	82
Empresária	78
Professora do Ensino Médio	77
Comerciante	47
Aposentada (exceto servidora pública)	46
Vereadora	42
Auxiliar de escritório	40
Deputada	34

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Já nas ocupações declaradas pelos candidatos aptos, vê-se que grande parte deles já estavam inseridos na política institucional. A soma de deputados e vereadores totaliza 517 casos das ocupações declaradas, o que mostra um grande número de políticos profissionais participando da competição.

Passando agora para a análise da ocupação das eleitas, percebe-se na Tabela 10 que mulheres que possuem experiência prévia na política atingem um melhor resultado eleitoral. É interessante notar que a ocupação mais citada entre as candidatas (dona de casa), aparece somente em um caso no grupo das eleitas. Mais uma vez, pode-se levantar a hipótese da utilização de candidatas “laranjas” para o cumprimento das cotas. Lembrando que o fenômeno de candidatos “laranjas” não é exclusividade das mulheres, já que essa prática é geralmente utilizada pelos partidos, porém, com a inovação jurídica trazida pela minirreforma eleitoral, ficou mais urgente o recrutamento de mulheres para o cumprimento da lei. (FEITOSA, 2012)

Tabela 10 - Deputadas federais eleitas, segundo ocupações declaradas 2014

OCUPAÇÃO	N	%
Deputada	22	43,13
Empresária	5	9,80
Médica	4	7,88
Advogada	3	5,88
Professora do Ensino Médio	2	3,92
Vereadora	2	3,92
Psicóloga	2	3,92
Administradora	1	1,96
Assistente social	1	1,96
Bióloga	1	1,96
Dona de casa	1	1,96

Enfermeira	1	1,96
Engenheira	1	1,96
Fisioterapeuta/Terapeuta ocupacional	1	1,96
Pedagoga	1	1,96
Professora universitária	1	1,96
Servidora pública	1	1,96
Outros	1	1,96
Total	51	100,01

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Dentre os eleitos, a ocupação com a grande maioria dos casos é a de deputado, o que mostra que a estratégia da reeleição é a mais bem-sucedida para ambos os gêneros. Assim como no caso feminino, as profissões de empresário, advogado e médico, ocupam o topo da lista de eleitos.

Em relação às ocupações de advogado e empresário, Perissinotto e Miríade (2009) apontam que ambas são grupos ocupacionais encontrados com alguma frequência nos parlamentos do mundo. Os autores afirmam também que o fato da ocupação de deputado ser a primeira na lista dos eleitos, para ambos os gêneros, indica que o mais importante atributo para passar da condição de candidato à de eleito consiste em já ser ou já ter sido político. (PERISSINOTTO & MIRÍADE, 2009)

2.2 AS MULHERES CANDIDATAS E ELEITAS: ANÁLISE DOS ESTADOS E DOS PARTIDOS

Dando sequência à exposição, são apresentados os dados aqui chamados de dados eleitorais das/os candidatas/os. Inicia-se com os números referentes à condição de aptidão ou não para o pleito. A tabela 11 expõe o número total de candidaturas e de candidaturas aptas, segundo o gênero.

Tabela 11 - Candidaturas e candidaturas aptas para a Câmara dos Deputados, segundo gênero 2014

GÊNERO	CANDIDATURAS	%	CANDIDATURAS APTAS	%
HOMENS	4835	68,34	4134	70,73
MULHERES	2240	31,66	1711	29,27
TOTAL	7075	100	5845	100

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Das 1230 candidaturas inaptas, 529 foram mulheres e isso é equivalente a 23,62% de todas as candidaturas femininas apresentadas. Já para os

homens, o percentual de inaptos representou somente 16,96% do total de concorrentes. Com os dados das eleições de 2010, expostos na Tabela 14, pode-se perceber que houve uma diminuição de aproximadamente 6% no número de candidaturas femininas inaptas nas eleições de 2014. Além disso, o percentual de mulheres aptas nesse ano ficou muito próximo do exigido por lei.

Tabela 12 - Candidaturas e candidaturas aptas para a Câmara dos Deputados, segundo gênero 2010

GÊNERO	CANDIDATURAS	%	CANDIDATURAS APTAS	%
HOMENS	4641	77,83	3952	80,95
MULHERES	1322	22,17	930	19,05
TOTAL	5963	100	4882	100

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Apesar desse aumento no número de mulheres aptas ao pleito no ano de 2014, elas ainda possuem uma elevada presença no grupo dos inaptos, quando comparadas aos homens. Com o teste do qui-quadrado, pode-se rejeitar a hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre as distribuições comparadas, ou seja, ser homem ou ser mulher (gênero), e estar apto/a ou não (aptidão eleitoral). A estatística do teste foi de 87,97, valor muito acima do limite crítico, que no caso seria de 3,84 para um nível de confiança de 95%. Rejeitada a hipótese nula, a análise dos resíduos padronizados mostra as concentrações de valores.

Tabela 13 – Resíduos Padronizados para candidaturas aptas e não aptas para a Câmara dos Deputados, por gênero 2014

RESÍDUO PADRONIZADO		
	MULHERES	HOMENS
Aptas/os	-3,374	2,170
Não aptas/os	6,068	-5,271

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Com os resíduos padronizados pode-se identificar de forma individual a concentração de valores em pares de casos - acima ou abaixo - do esperado. Estabelecendo-se um nível de confiança de 95%, tem-se como ponto de corte para a significância estatística de falta ou excesso de ocorrência entre as variáveis o valor de +/- 1,96. Sendo assim, nota-se, em relação às mulheres, uma ausência destas no grupo de candidaturas aptas (sinal negativo) e uma concentração maior que a esperada no grupo de candidaturas não aptas (sinal positivo). Já para os homens, estes estão ausentes do grupo de candidaturas

não aptas e possuem mais concentração no grupo das candidaturas aptas. Assim sendo, ambas as análises decorrentes do teste do qui-quadrado revelam que, primeiramente, o gênero faz diferença quando se pensa em aptidão ou não para o pleito e, além disso, mostra que apesar do aumento no número de candidaturas femininas, existe uma grande ocorrência de casos de inaptidão de mulheres, maior do que de seus pares masculinos.

Após a exposição dos números de candidaturas, passa-se para a situação eleitoral dos concorrentes, a fim de observar como foi o desempenho eleitoral das candidatas. (Tabela 14)

Tabela 14 - Candidaturas eleitas e não eleitas para a Câmara dos Deputados, segundo gênero 2014

SITUAÇÃO ELEITORAL	CANDIDATOS	MULHERES		HOMENS	
Eleito	513	51	3,0%	462	11,2%
Não eleito	5332	1660	97,0%	3672	88,8%
TOTAL	5845	1711	100%	4134	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Segundo a Tabela 14, vemos que do total de mulheres que se candidatou para o cargo de deputado federal, apenas 3% foi eleito. No caso dos homens, do total de concorrentes, 11,2% se elegeram.

Colocando em perspectiva o número de mulheres que se candidataram para a Câmara dos Deputados, desde 1994 até 2014, tem-se a seguinte tabela:

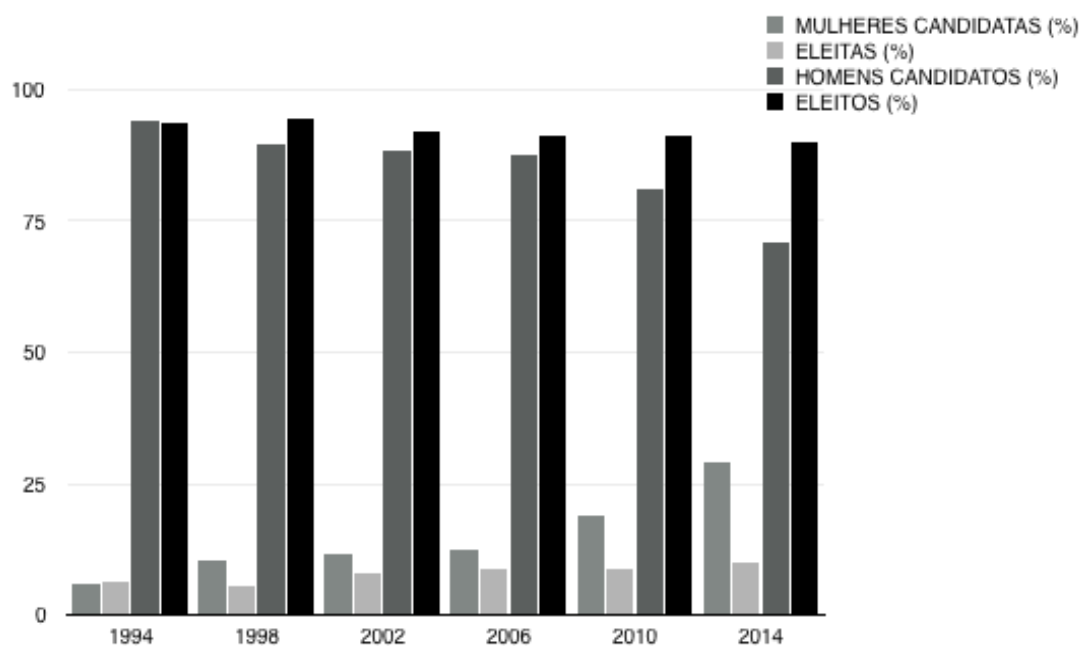
Tabela 15- Evolução do número de candidaturas aptas para a Câmara dos Deputados, por gênero 1994-2014

ANO	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Homens	93,8%	89,7%	88,6%	87,3%	80,9%	70,7%
Mulheres	6,2%	10,3%	11,4%	12,7%	19,1%	29,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Observando a tabela com os percentuais, pode-se notar que o aumento das candidaturas femininas vem sendo progressivo, desde a eleição de 1994. Agora, analisando o número de candidatos/as e eleitos/as, por gênero, nas seis últimas eleições, obtém-se o seguinte gráfico. (Gráfico 1)

Gráfico 1- Percentual de candidaturas aptas e eleitas, por gênero, 1994-2014



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

A exposição dos resultados das eleições revela que apesar do aumento nas candidaturas femininas para o cargo de deputada federal, não vemos o mesmo acontecer com o número de cadeiras conquistadas por mulheres, o que reforça a ideia de que as cotas, mesmo quando cumpridas, não têm resultado num maior número de mulheres eleitas. Para Araújo (2011), pode-se suspeitar que esse aumento no número de competidoras tende a diminuir as chances de eleição das mesmas, uma vez que existe um universo maior de mulheres, porém menos competitivo. Sendo assim, o limiar ou o teto que se eleger tende a permanecer o mesmo, já que o perfil de quem entra a mais não é formado por pessoas com capitais eleitorais, que possa causar uma alteração no *status quo*. (ARAÚJO, 2011). Dito isso, continua-se a exposição dos dados abordando os estados e as regiões brasileiras.

2.3 MULHERES E RECEITAS: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DE CAMPANHA

Passa-se agora para análise dos montantes declarados nas receitas de campanha do pleito de 2014. A Tabela 16 apresenta as médias das receitas de todos dos candidatos concorrentes.

Tabela 16 - Receita total dos candidatos e eleitos, por gênero, para a Câmara dos Deputados 2014

SITUAÇÃO ELEITORAL	NÚMERO DE CANDIDATOS	RECEITA TOTAL	RECEITA MÉDIA
Eleitos/as	513	R\$737.359.553,00	R\$1.437.348,06
Não eleitos/as	4441	R\$423.698.278,00	R\$95.406,05
Eleitas	51	R\$65.930.204,00	R\$1.292.749,10
Não eleitas	1322	R\$47.810.417,00	R\$36.165,22
Eleitos	462	R\$671.429.349,00	R\$1.453.310,28
Não eleitos	3119	R\$375.887.861,00	R\$120.515,51

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Para a elaboração da Tabela 16, foram considerados todos os casos de candidaturas deferidas. Sendo assim, não foram ignoradas os casos com receita declarada igual a zero. Optou-se por isso com a intenção de apresentar um quadro mais próximo possível da realidade. É válido lembrar que nas eleições de 2014 o financiamento por pessoas jurídicas ainda era permitido.

Comparando primeiramente a receita média de eleitos e não eleitos, nota-se que os primeiros gastam, em média, 18 vezes mais que os segundos. Comparando a receita média de mulheres eleitas e não eleitas, tem-se que estas gastam pouco mais de 2% da média gasta pelas eleitas. Quando se analisa os dados masculinos, encontra-se que o grupo dos não eleitos gasta 7% da receita média dos eleitos. Nota-se que a diferença de receita entre eleitos e não eleitos é grande para homens e mulheres. Porém, estas apresentam uma diferença maior entre os grupos. Observando a receita média de homens e mulheres eleitas, percebe-se que existe uma diferença entre os grupos, pois a receita das mulheres eleitas totaliza, aproximadamente, 89% da receita masculina. Porém, quando se analisa a receita média de homens e mulheres não eleitos, vê-se que a receita feminina é de, aproximadamente, 28% da receita masculina. É interessante notar também que as médias de receitas das mulheres, eleitas e não eleitas, estão abaixo da média total. Já as receitas médias dos grupos masculinos, sejam eleitos ou não, ficaram acima da média total.

Comparando os dados das eleições de 2014 com os das eleições de 2010 (Tabela 17), levantam-se alguns pontos. Em primeiro lugar, nota-se que houve um esperado aumento no montante declarado de receita de um pleito

para o outro, de aproximadamente 29%¹. Analisando os grupos de eleitos e não eleitos, percebe-se que no primeiro, tanto homens quanto mulheres tiveram uma elevação no valor da receita média, sendo de 29% para eles e de 28,5% para elas. Lembra-se que houve um aumento de 13,3% de candidatas eleitas, e um decréscimo de aproximadamente 1% de candidatos eleitos. Já no grupo dos não eleitos, ao contrário de seus pares masculinos que tiveram um aumento de 18,5% na receita média, as mulheres tiveram um decréscimo de 15% na mesma. Os dados evidenciam que a diferença entre o financiamento de homens e de mulheres vem sendo expressiva e crescente.

Tabela 17 - Receita total dos candidatos e eleitos, por gênero, para a Câmara dos Deputados 2010 (R\$)

SITUAÇÃO ELEITORAL	NÚMERO DE CANDIDATOS	RECEITA TOTAL	RECEITA MÉDIA
Eleitos/as	513	R\$569.923.457,00	R\$1.110.961,90
Não eleitos/as	4369	R\$330.920.833,00	R\$75.742,92
Eleitas	45	R\$45.273.982,00	R\$1.006.088,49
Não eleitas	885	R\$29.945.021,00	R\$33.836,18
Eleitos	468	R\$524.649.475,00	R\$1.121.045,89
Não eleitos	3484	R\$300.975.812,00	R\$86.388,01

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

2.3.1 O Índice de Sucesso de Votos (ISV) e o Índice de Sucesso de Receita

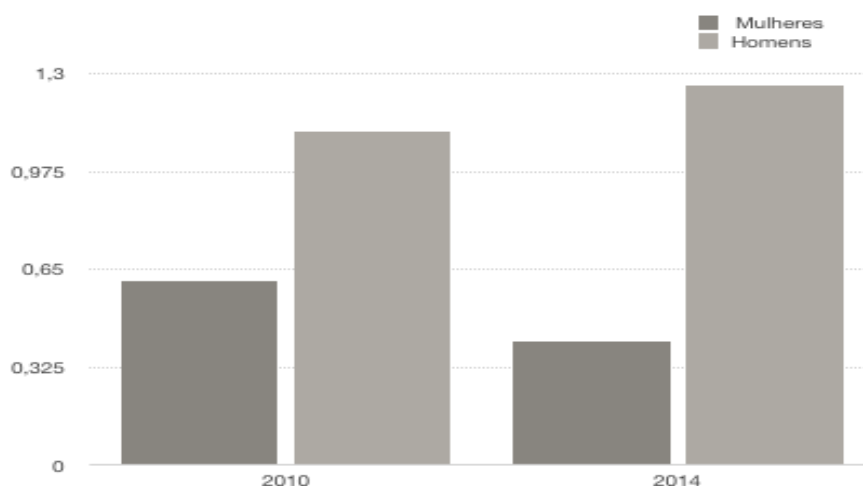
Apresentados os valores reais de receita declarados junto ao TSE, que demonstram, de maneira aproximada, os custos das campanhas, a exposição segue com a utilização dos índices (ISV e ISR) já citados e explicados anteriormente.

O Gráfico 2 apresenta dados sobre arrecadação de homens e mulheres para o cargo de deputado federal em 2010 e 2014, medidos em ISR. Comparando os valores observa-se que as diferenças entre a arrecadação dos homens e das mulheres, além de expressivas, aumentaram de uma eleição para a outra. No ano de 2010, o índice médio para os homens foi de 1,11 e para as mulheres foi de 0,61. Já em 2014, registraram-se os valores de 1,26 e 0,41, respectivamente. Com isso, nota-se que ambos os dados de arrecadação, seja

¹Vale lembrar que o montante total não foi deflacionado e que a inflação medida pelo IGP-M/FGV no período out/2010-out/2011 foi de 25,88%, de modo que o aumento real não foi tão expressivo entre os dois pleitos.

em ISR, seja em valores reais arrecadados, confirmam uma diferença expressiva nas receitas de candidatos e candidatas.

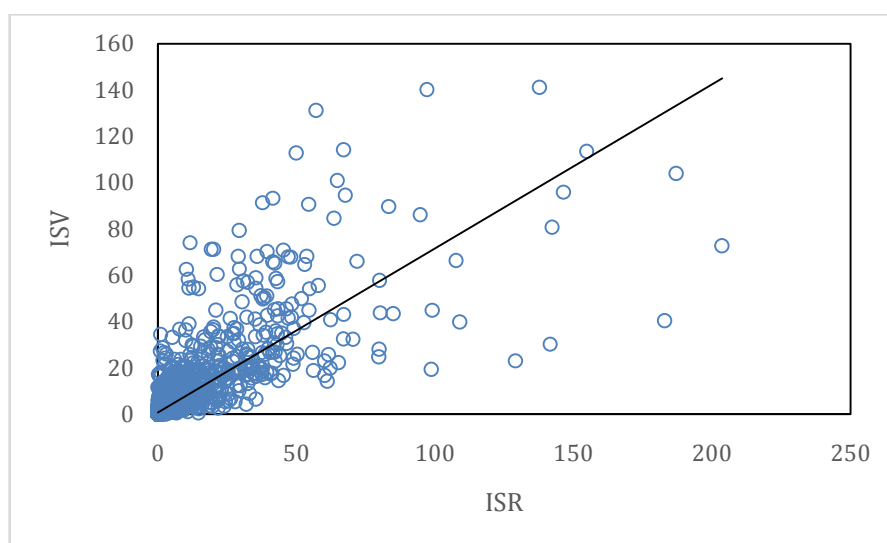
Gráfico 2 - Índice de Sucesso de Receita (ISR) médio, por gênero, para a Câmara dos Deputados 2010-2014



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Utilizando o teste de correlação de Pearson, observa-se um valor de correlação estatisticamente significativo de 0,797, com 95% de confiança. Sendo assim, pode-se dizer que o aumento do ISV acarreta num aumento no ISR, ou seja, quanto mais votos, mais receita declarada.

Gráfico 3 – Correlação entre ISV e ISR, 2014



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Passando agora para a análise do ISR por Estado e comparando as eleições de 2010 com as de 2014 (Tabela 18), nota-se que houve uma diminuição do ISR feminino em 16 das 27 Unidades Federativas. Quatro Estados, onde as mulheres apresentavam um índice superior à 1, no pleito de 2010, tiveram uma grande redução no pleito de 2014. São eles: Espírito Santo, Goiás, Pernambuco e Roraima. Os índices femininos mais baixos aparecem no Estado da Paraíba e do Mato Grosso. No caso do ISR masculino, este aumentou em 23 das 27 Unidades. Nas eleições de 2014, somente um Estado apresentou o ISR masculino abaixo de 1, o Amapá, com 0,926.

Tabela 18 - Índice de Sucesso de Receita, por gênero, para a Câmara dos Deputados 2010-2014

UF	ISR FEMININO		ISR MASCULINO	
	2010	2014	2010	2014
AC	0,68	0,91	1,08	1,04
AL	0,58	0,18	1,09	1,32
AM	0,50	0,20	1,16	1,41
AP	1,49	1,14	0,81	0,92
BA	0,35	0,14	1,08	1,30
CE	0,06	0,23	1,24	1,34
DF	0,51	0,51	1,13	1,22
ES	1,68	0,31	0,86	1,29
GO	1,97	0,41	0,90	1,21
MA	0,65	0,27	1,05	1,25
MG	0,14	0,28	1,12	1,32
MS	0,17	0,61	1,37	1,21
MT	0,37	0,09	1,22	1,37
PA	0,34	0,56	1,15	1,20
PB	0,39	0,02	1,12	1,38
PE	1,03	0,20	0,99	1,28
PI	0,38	0,99	1,19	1,00
PR	0,17	0,13	1,20	1,33
RJ	0,30	0,46	1,22	1,19
RN	0,76	0,62	1,06	1,48
RO	0,79	0,78	1,06	1,09
RR	1,21	0,48	0,93	1,27
RS	0,32	0,21	1,20	1,35
SC	0,40	0,30	1,20	1,30
SE	0,08	0,19	1,13	1,42
SP	0,41	0,27	1,13	1,28
TO	0,55	0,55	1,14	1,21

Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Nota-se que apesar do aumento no número de candidatas não ocorreu o mesmo em relação à distribuição de recursos de campanha, pois em mais da metade dos Estados o ISR feminino diminuiu de 2010 para 2014. Já no caso masculino, houve um aumento em aproximadamente 85% dos distritos. Ou seja, se o número de candidaturas mostra que existem mais mulheres competindo no pleito, o valor médio do ISR aponta que elas concorrem com menos recursos.

Na Tabela 19, que inclui apenas os partidos que elegeram candidatos nas eleições de 2014, pode-se observar o desempenho feminino nos partidos e a diferença entre a arrecadação das mulheres e dos homens de cada partido. Os dados evidenciam que a receita das mulheres foi menor do que a dos homens em quase todos os partidos.

Tabela 19 - Relação entre receitas e mulheres eleitas para o cargo de deputada federal, segundo partidos políticos 2014

Partidos	Média de ISR			Candidatos			Eleitos			Razão de chances de eleição (M/H)	Razão entre médias de arrecadação de M/H em ISR
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	%	Homens	Mulheres	%	Homens		
DEM	0,21	2,46	1,88	36	25,9%	103	1	4,8%	20	0,12	0,08
PC do B	1,12	2,91	2,25	27	37,0%	46	4	40,0%	6	1,16	0,38
PDT	0,18	0,91	0,71	77	27,8%	200	1	5,3%	18	0,13	0,19
PEN	0,02	0,29	0,22	54	25,5%	158	0	0,0%	2	0	0,07
PHS	0,03	0,21	0,16	62	28,2%	158	0	0,0%	5	0	0,14
PMDB	0,80	3,24	2,52	96	29,5%	229	7	10,6%	59	0,22	0,25
PMN	0,31	0,36	0,34	46	33,1%	93	1	33,3%	2	1,01	0,86
PP	0,96	4,05	3,15	46	29,1%	112	2	5,3%	36	0,09	0,23
PPS	0,60	1,31	1,11	32	27,6%	84	2	10,0%	8	0,63	0,46
PR	0,76	2,55	2,06	48	27,7%	125	4	11,8%	30	0,29	0,30
PRB	0,13	0,90	0,65	71	32,1%	150	2	9,5%	19	0,19	0,14
PROS	0,11	1,85	1,38	24	26,7%	66	0	0,0%	11	0	0,06
PRP	0,06	0,14	0,11	61	28,6%	152	0	0,0%	3	0	0,43
PRTB	0,04	0,12	0,10	45	23,3%	148	0	0,0%	1	0	0,33
PSB	0,48	0,96	0,82	106	29,9%	248	5	19,2%	29	0,37	0,5
PSC	0,57	1,01	0,88	45	29,6%	107	2	15,4%	11	0,40	0,56
PSD	0,15	3,55	2,67	40	26,0%	114	0	0,0%	36	0	0,04
PSDB	0,55	2,76	2,00	99	34,4%	189	5	9,3%	49	0,15	0,20
PSDC	0,04	0,18	0,14	45	25,6%	131	0	0,0%	2	0	0,22
PSL	0,05	0,41	0,29	54	33,3%	108	0	0,0%	1	0	0,12
PSOL	0,03	0,07	0,06	115	30,9%	257	0	0,0%	5	0	0,43
PT	0,93	2,96	2,38	102	28,7%	253	9	13,2%	59	0,31	0,31
PT do B	0,11	0,24	0,21	55	28,1%	141	0	0,0%	2	0	0,46
PTB	1,03	1,06	1,05	65	28,8%	161	2	8,0%	23	0,19	0,97
PTC	0,15	0,06	0,09	44	26,0%	125	1	50,0%	1	2,88	2,5
PTN	0,31	0,14	0,19	32	30,8%	72	2	50,0%	2	2,33	2,21
PV	0,10	0,59	0,46	70	27,6%	184	1	12,5%	7	0,36	0,17
SD	0,09	2,02	1,47	40	28,6%	100	0	0,0%	15	0	0,04

É válido colocar que a “Razão das médias das receitas” foi calculada por meio da divisão da média de ISR das mulheres, pela média de ISR dos homens². Já a “Razão de chances”, ou razão de probabilidade, foi calculada com a utilização da divisão de eleitos/as por candidatos/as, para mulheres e homens³.

Foi nos partidos menores e de esquerda que o financiamento das campanhas femininas ficou superior ao das masculinas⁴. As mulheres tiveram uma razão de chances de eleição melhor que as dos homens nos partidos PC do B (1,16), PMN (1,01), PTC (2,88) e PTN (2,33). Os partidos nos quais as mulheres tiveram o pior desempenho em arrecadação média de receita foram, Solidariedade (0,04), PSD (0,04), PROS (0,06), PEN (0,07), DEM (0,08) todos posicionados mais à direita no espectro ideológico partidário. Aqui novamente se confirma a tendência já constatada na literatura internacional e nacional, ou seja, a esquerda tende a eleger mais, o centro vem em seguida e a direita elege menos. É interessante notar outro ponto levantado por Araújo e Alves (2007), que partidos de esquerda médios e grandes elegem menos mulheres quando comparados aos pequenos. O que pode-se notar vendo o desempenho feminino no PT, PV e PSOL, por exemplo.

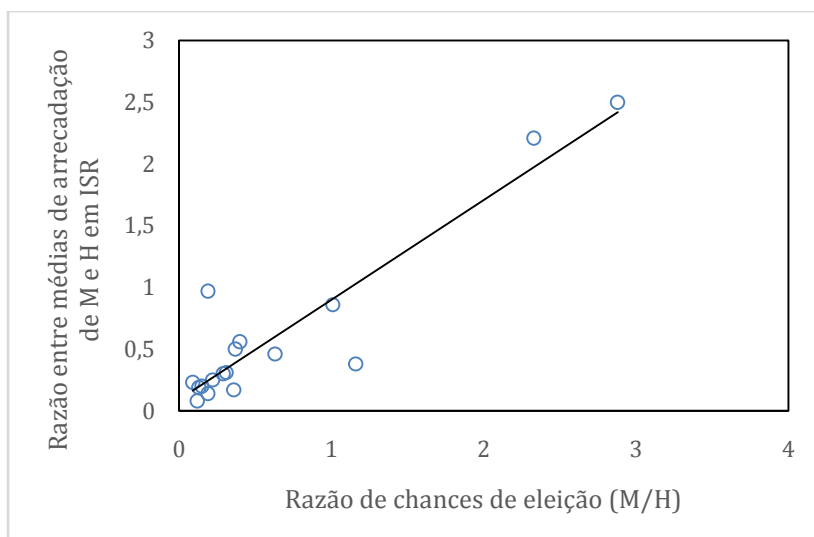
O resultado do cálculo da correlação de Pearson para a razão de chances de eleição, de mulheres e homens, e a razão entre médias de arrecadação de mulheres e homens em ISR, foi de 0,925, certamente um valor de correlação muito alto.

Gráfico 4 – Correlação entre a razão de chances de eleição e a razão entre as médias de arrecadação em ISR, de mulheres e homens, 2014

² Fórmula da razão de médias: $\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i$

³ $R = \frac{p(1-q)}{q(1-p)}$

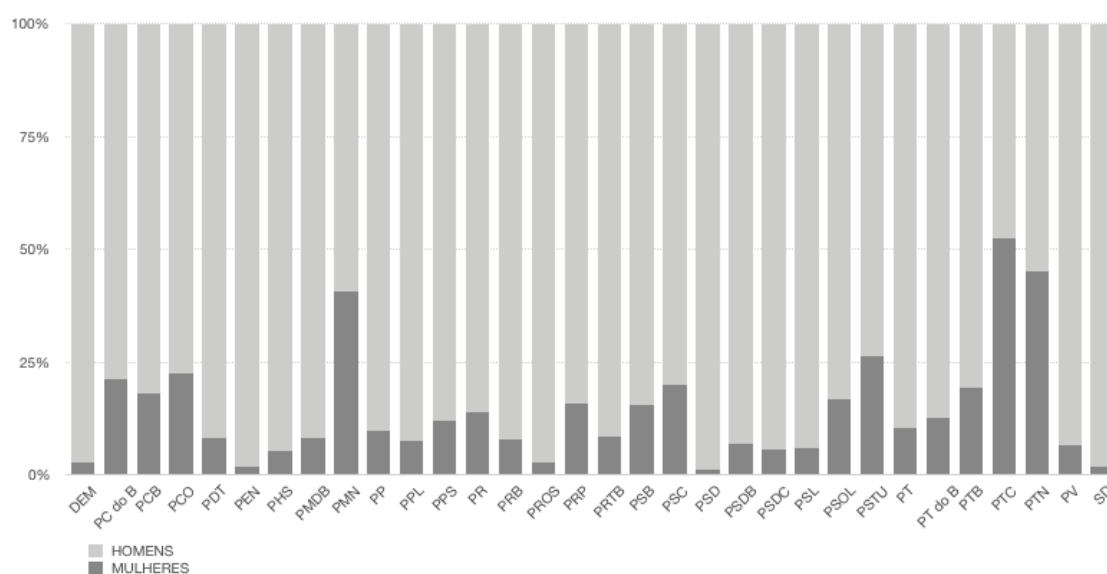
⁴ A classificação da ideologia partidária foi realizada com base no trabalho de TAROUCO & MADEIRA, 2013.



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

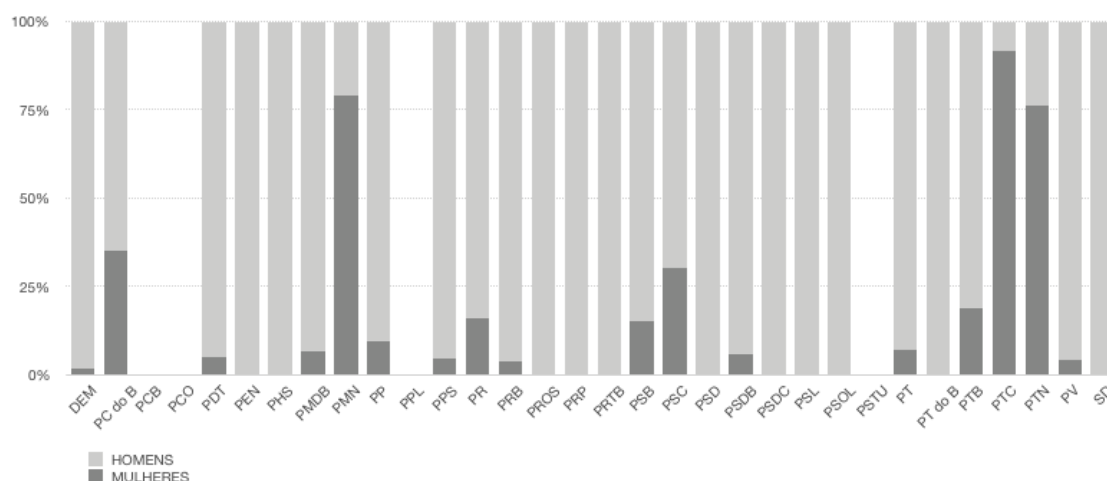
Ainda em relação aos partidos políticos, os gráficos 5 e 6 ilustram a distribuição de receita por gênero em dois grupos, não eleitos/as e eleitos/as. Nota-se que a concentração de recursos nos homens, ocorre nos dois grupos, na maioria dos partidos. Somente no PMN, PTC e, as mulheres eleitas arrecadaram mais que seus pares masculinos. Interessante notar que nesse caso, cada partido encontra-se em uma posição no espectro ideológico, esquerda, direita e centro, respectivamente. A comparação entre os gráficos mostra que nos partidos onde a receita das mulheres foi baixa, o desempenho eleitoral delas foi pior.

Gráfico 5 - Receita Total de Candidatos/as por Gênero



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

Gráfico 6 - Receita Total de Candidatos/as Eleitos por Gênero



Fonte: elaboração própria com dados do TSE (2015)

A análise sobre partidos mostra que no pleito para a Câmara dos Deputados a posição no espectro ideológico fez diferença no desempenho das mulheres. Fato que difere do relatado por Sacchet (2013) nas eleições municipais de 2012, onde a posição de esquerda, de centro ou de direita não foi um fator que impactou significativamente no número de mulheres selecionadas e eleitas. E difere também do encontrado por Bohn (2009), que em sua análise das eleições municipais de 2008, constatou que partidos de direita possuem mais mulheres candidatas e eleitas. Isso mostra que a disputa proporcional federal possui uma dinâmica diferente da disputa municipal.

A apresentação da análise sobre o financiamento eleitoral nas eleições de 2014 mostra, assim como foi apontado por Sacchet e Speck (2012b) no pleito de 2010, que existem diferenças significativas entre o financiamento das campanhas de homens e de mulheres, e que a correlação entre as receitas e o desempenho eleitoral, para ambos os gêneros, é alta.

Os dados aqui apresentados reafirmam a importância do financiamento para o sucesso eleitoral, por meio da alta correlação existente entre dinheiro gasto em campanhas e razão de chances. Nos Estados e nos partidos onde as receitas das mulheres foram mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi maior. Sendo assim, visto que o financiamento é um recurso eleitoral central, para que ocorra um aumento na

representação política feminina no Brasil, é necessário haver uma equiparação das arrecadações e gastos de campanha de homens e mulheres.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os principais achados deste trabalho mostram que mulheres e homens, quando eleitos/as, concentram-se na faixa etária entre 35 a 69 anos, declaram-se de raça branca, são casados/as e possuem grau de instrução superior (incompleto/completo). Em relação à ocupação, a mais citada entre as candidatas foi a de dona de casa e entre os candidatos foi a de empresário. Já entre as/os eleitas/os, a ocupação de deputada/o é a que prevalece. Houve um maior número de mulheres sem aptidão para a competição do que de homens na mesma situação.

Analisando os valores da receita média de homens e mulheres, nota-se que a diferença de receita entre mulheres eleitas e não eleitas é superior à diferença de seus pares masculinos. Focando no grupos dos/as eleitos/as, a renda média feminina ficou abaixo da masculina. E mesmo com o aumento no número de candidaturas de mulheres, a receita total delas sofreu uma queda das eleições de 2010 para as eleições de 2014. Em relação à receita e aos partidos políticos, observou-se que a receita das mulheres foi menor do que a dos homens em quase todos os partidos. Nos partidos posicionados mais à esquerda o desempenho eleitoral feminino foi melhor, já nos partidos mais à direita observou-se o contrário.

Quanto às hipóteses levantadas nesta pesquisa, notou-se que existem diferenças significativas na distribuição dos recursos financeiros, nos estados e nos partidos políticos, entre homens e mulheres, ficando estas com um percentual muito menor da receita total. Sem pretender fazer colocações conclusivas ou mesmo esgotar todas as possibilidades de análise, observou-se que nos estados e nos partidos onde as receitas das mulheres foram mais próximas às dos homens, o desempenho eleitoral delas foi maior do que o de seus pares masculinos. O que leva a crer que a distribuição das receitas de campanha afetou o desempenho eleitoral das concorrentes.

4 Referências Bibliográficas Sintéticas

ALVES, J. E.D., 2003. *Mulheres em Movimento: Voto, Educação e Trabalho*. Editora Revista Escola de Minas, Ouro Preto.

AVELAR, L. 2001. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad, p. 67.

ARAÚJO, C., 1999. *Cidadania Incompleta: o Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil*. Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ.

_____, 2011. As Mulheres e o Poder Político – desafios para a democracia nas próximas décadas *in* O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. CEPIA, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, C. e ALVES J. E. D. 2007. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 50, n.3, p. 535-577.

ARAÚJO, C. e BORGES, 2013. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. *Rev. Sociol. Polít*, Curitiba, v. 21, n 46: 69-91.

BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G., 2000. The odds ratio. *BMJ*, Oxford. May, vol. 320.

BOHN, S., 2009. Mulheres Brasileiras na disputa do Legislativo Municipal. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jan./jun.

FEITOSA, F., 2012. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos *in* *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

JUNCKES, I. J. HOROCHOVSKI, R. R., CAMARGO, N. F., SILVA, J. M., SILVA, E. A. e ALMEIRA, L. B. 2015. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero – UEPG*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-47.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A., 2009. Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, 2009, pp. 301 a 333.

SACCHET, T., 2013. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, XIV, n. 2, p. 85-107.

SACCHET, T. e SPECK, B. W. 2012a. Financiamento Eleitoral, Representação Política e Gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, p. 177-197.

2012b. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos *in* Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

SPECK, B. W.; SACCHET, T., 2012. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil *in* Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

TAROUCO, G. S.; MAREIDA, R. M., 2013. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45: 149-165 Mar.